

JORNAL DO SENADO

Órgão de divulgação das atividades do Senado Federal

Ano I - Nº 29 - Brasília, terça-feira, 13 de junho de 1995

Emenda abre irrigação a empresas

Os projetos de irrigação poderão ser incluídos entre as obras públicas reguladas pela Lei de Concessões, caso seja aprovada emenda apresentada pelo senador Waldeck Ornelas (PFL-BA) à Medida Provisória 1.017, que disciplina concessões e permissões de obras e serviços públicos. A MP foi reeditada e não faz referência aos empreendimentos na área de irrigação.

O senador argumentou, em discurso ontem no Plenário, que está na iniciativa privada a única saída para se pôr fim à situação de abandono em que se encontram os projetos de irrigação da União no Nordeste. "O governo não tem dinheiro para investir e ainda dificulta a vida dos empresários que têm como fazê-lo", frisou.

Para Ornelas, a falta de capacidade de implementação das obras pelo setor público tem provocado a paralisação e o abandono de projetos nos quais foi investida grande quantidade de recursos.

Disse que, com a desburocratização do setor através da modificação na lei de concessões, as metas do Programa Nacional de Irrigação poderão ser alcançadas.



Waldeck Ornelas



Iris Rezende (E) preside a Comissão de Justiça e Francelino apresenta o parecer sobre telecomunicações



Comissão deve votar hoje duas emendas

Proposta que altera o conceito de empresa nacional e a que abre a estrangeiros a navegação de cabotagem estão na pauta da CCJ

A proposta de emenda constitucional que altera o conceito de empresa nacional e a que abre a navegação de cabotagem a embarcações estrangeiras deverão ser votadas hoje pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania do Senado (CCJ), presidida pelo senador Iris Rezende (PMDB-GO).

Na mesma reunião, marcada para as 10h, será apresentado o parecer do senador Francelino Pereira (PFL-MG)

Alcântara e Josaphat rejeitam "pressa"

Alertando para a necessidade de o Senado "examinar com muito cuidado" as propostas de emenda constitucional já aprovadas na Câmara dos Deputados, o senador Lúcio Alcântara (PSDB-CE) posicionou-se, ontem, contra a utilização de manobras regimentais para alterar prazos, visando a apressar a votação dessas matérias. O senador defendeu, caso seja preciso, a suspensão do recesso parlamentar de julho.

Lúcio Alcântara lembrou que as emendas em tramitação

à proposta sobre telecomunicações. A CCJ volta a reunir-se amanhã (dia 14), para apreciar projetos de lei.

Foi adiado para data a ser definida o depoimento que o economista Pérsio Arida deveria prestar hoje, a partir das 10h, à Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), sobre os motivos de sua saída da presidência do Banco Central. Seguindo correspondência enviada pelo presidente da comissão, senador Gilberto Miranda

podem provocar mudanças profundas no papel do Estado e, por isso, devem ser examinadas com a observância dos prazos regimentais, "para que amanhã não pare nenhuma dúvida sobre a legitimidade das decisões que tomarmos".

Em aparte, o senador Josaphat Marinho (PFL-BA) apoiou a posição de Alcântara e frisou que a pressa não deve prejudicar o exame das emendas. Marinho explicou que em todo processo de mudanças é preciso preservar o "sentido do Estado, onde reside o interesse público".

(PMDB-AM), aos demais membros da CAE, o cancelamento se deu em função da coincidência de horário com o da transmissão do cargo ao novo presidente da instituição, Gustavo Loyola.

Na reunião de hoje, a Comissão de Assuntos Econômicos deverá apreciar seis matérias. O destaque é proposta apresentada na última legislatura pelo então senador Ney Maranhão, instituindo o Programa de Crédito Rural pela Equivalência-Produto.

NESTA EDIÇÃO

Suplicy quer ouvir ministro sobre denúncia

Página 3

Bancadas podem decidir litígio entre estados

Página 4

Em debate, o uso da pesquisa na política

Ciclo de discussões no Senado traz hoje representante do Instituto Vox Populi para falar sobre a utilização das sondagens de opinião pública no processo político

Com o apoio da Secretaria de Comunicação Social, a Comissão do Educação do Senado promove hoje, às 10h, na sala 2 da Ala Nilo Coelho, uma palestra do publicitário João Francisco Meira, do Instituto Vox Populi, sobre "A Pesquisa de Opinião Pública e o Processo Político Contemporâneo".

Depois de Mauro Salles, Gaudêncio Torquato e Nizan Guanaes, João Francisco Meira é o quarto conferencista a vir à Casa para um debate sobre a imagem do Senado.

Presidente da Comissão de

Educação, o senador Roberto Requião (PMDB-PR) abrirá o encontro, que será seguido de debates entre o conferencista e os senadores, funcionários e jornalistas convidados para a palestra.

O evento faz parte do Ciclo de Debates sobre Comunicação Social e Marketing Político, iniciado em abril com



Roberto Requião

uma palestra de Mauro Salles, que falou sobre "A Imagem do Senado e o Posicionamento dos Senadores".

Em maio, Gaudêncio Torquato fez uma palestra sobre "A Imagem do Político e o Comportamento ante a Mídia". E também no mês passado, o publicitário Nizan Guanaes falou sobre "A Publicidade nos Governos Democráticos".

Todas as palestras desse Ciclo de Debates estão sendo gravadas para ficar à disposição dos senadores na Central de Vídeo do Senado. Cópias podem ser requisitadas, sendo necessário apenas o envio de uma fita VHS ou Betacam.

A finalidade desse ciclo de palestras é debater a imagem do Senado perante a opinião pública, dentro dos objetivos anunciados pela Mesa diretora de modernizar a instituição e aperfeiçoar sua imagem junto à sociedade.

Agenda do Dia

PRESIDENTE Senador José Sarney

- 10h** - Recebe o primeiro-ministro do Líbano, Rafic Hariri.
10h - Participa da palestra de João Francisco Meira sobre: "A pesquisa de opinião pública e o processo político contemporâneo". Local: Sala 02 - Ala Senador Nilo Coelho.
14h30 - Preside a Sessão do Congresso Nacional
17h30 - Recebe o deputado Carlos Nelson (PMDB/SP) e o prefeito de Itaituba - SP.
18h - Recebe o Presidente da Associação Nacional dos Jornais, Paulo Cabral de Araújo, e vários diretores de jornais.

PLENÁRIO

- 14h** - Sessão do Congresso Nacional
Pauta: Medidas Provisórias nºs 997 a 1.015/95, destacandose: a MP nº 998/95, que dá nova redação a dispositivo da Lei nº 8.981/95, que altera a legislação tributária federal, e dá outras providências; MP nº 999/95, que dispõe sobre a instituição de crédito presumido do Imposto sobre Produtos Industrializados, para ressarcimento do valor do PIS/PASEP e CONFINS nos casos que especifica, e dá outras providências; ; MP nº 1.006/95, que dispõe sobre a participação dos trabalhadores nos lucros ou resultados da empresa, e dá outras providências; MP nº 1.007/95, que institui a Taxa de Juros de Longo Prazo - TJLP, dispõe sobre a remuneração dos recursos do Fundo de Participação PIS/PASEP, do Fundo de Amparo ao Trabalhador, do Fundo da Marinha Mercante, e dá outras providências; e 1.012, que dispõe sobre a fixação das mensalidades escolares, e dá outras providências.

COMISSÕES

- 10h** - Comissão de Assuntos Econômicos
Pauta: Matérias de competência da comissão: *PLS nº 71/93 (terminativo), que cria o Programa de Crédito Rural Equivalência-Produto; *PLS nº 108/95 (terminativo), que institui o Programa de Implantação das Reservas Extrativas, e dá outras providências; *PLS nº 114/95 (terminativo), que regulamenta o art.243 e seu parágrafo único das Disposições Gerais da CF, que trata

da desapropriação de glebas de terras onde forem localizadas culturas ilegais e do confisco de bens de traficantes; *PLS nº 130/95 (terminativo), que isenta do pagamento de tarifas públicas os usuários de renda familiar inferior a dois salários mínimos; *PLS nº 134/95 (terminativo), que regulamenta o § 3º do art. 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, disposto sobre a reparação de natureza econômica devidas aos aeronautas e aeroviários, civis e militares, impedidos de exercer a profissão; e *PLC nº 69/95 (não terminativo), que estabelece a obrigatoriedade de a empresa exploradora de serviço postal no País pagar encargos financeiros sobre as remessas de dinheiro entregues em prazo superior a três dias úteis após o seu envio pelo remetente. Local: Sala 19 - Ala Senador Alexandre Costa.

10h - Comissão de Serviços de Infra-Estrutura
Pauta: Matérias de competência da comissão: *PLC nº 72/93 (não terminativo), que dispõe sobre o plantio de árvores ao longo das rodovias e ferrovias brasileiras, e dá outras providências; *PLC nº 53/95 (Não terminativo), que institui normas e procedimentos gerais para a prevenção do assoreamento dos reservatórios criados pelo barramento dos cursos d' água; e *PLC nº 65/95 (não terminativo), que estabelece regras para a produção independente de energia elétrica, e dá outras providências. Local: Sala 13 - Ala Senador Alexandre Costa.

10h - Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania
Pauta: Matérias de competência da comissão: Propostas de Emendas a Constituição nºs 32, 33 e 36 que tratam de conceito de empresa nacional; embarcação nacional, navegação de cabotagem e de interior; e serviços de telecomunicações, respectivamente Local sala 03 - Ala Senador Alexandre Costa.

10h - Comissão de Educação
Pauta: Palestra do publicitário João Francisco Meira, sobre "A pesquisa de opinião e o processo político contemporâneo". Local: Sala 02 - Ala Senador Nilo Coelho.

17h - Comissão Especial "destinada a promover ampla discussão acerca de políticas, programas, estratégias e prioridades visando o desenvolvimento do Vale do São Francisco".
Pauta: Painel sobre Programas Governamentais. Local: Sala 02 - Ala Senador Nilo Coelho.

Suplicy quer ouvir Stephanes sobre denúncias

Líder do PT pede à Mesa que reitere ao ministro da Previdência as conseqüências de não atender convocação para falar perante a Comissão de Assuntos Econômicos



Elcio Álvares

Elcio defende proteção à microempresa

A necessidade de se conceder maior atenção às micro e pequenas empresas foi defendida ontem pelo senador Elcio Álvares (PFL-ES), líder do governo, ao elogiar a criação, pelo Sebrae, do Fundo de Aval. Trata-se, segundo disse, de um mecanismo destinado a conceder garantias suplementares aos empreendedores de pequeno porte, na obtenção de financiamentos.

Elcio entende que as propostas e reivindicações desse segmento precisam ser ouvidas, visando criar condições favoráveis ao desenvolvimento do setor, e, assim, possibilitar a multiplicação da produção de riquezas no país.

Para o senador, o fundo criado pelo Sebrae irá se constituir em um importante instrumento de apoio aos empreendedores de menor porte, "pois sua existência vai fazer com que, a exemplo do que ocorre em outros países, aumente a oferta de crédito para esse segmento, uma vez que reduz os riscos dos financiamentos".

O ministro da Previdência, Reinhold Stephanes, tem que comparecer ao Senado para falar perante a Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) sobre as irregularidades apontadas na administração anterior da Dataprev. Foi o que afirmou o senador Eduardo Suplicy (PT-SP), ao lembrar que o titular da Previdência ainda não deu resposta ao requerimento de convocação enviado pela comissão há mais de 50 dias.

Citando dispositivo constitucional, Suplicy solicitou à Mesa Diretora do Senado que reitere ao ministro as conseqüências de um não-atendimento à convocação. O parágrafo 2º do artigo 50 da

Constituição define como "crime de responsabilidade" a recusa ou o não-comparecimento no prazo de 30 dias.

Eduardo Suplicy insistiu também na conveniência de o Senado ouvir o depoimento do ex-presidente do Banco Central, Pêrsio Arida. A exposição estava marcada para a manhã de hoje na CAE, mas teve de ser cancelada devido à pos-



Suplicy vai questionar ministro sobre Dataprev

se do novo presidente do BC, economista Gustavo Loyola. Segundo o senador, Arida está disposto a comparecer durante a tarde, e pediu que a comissão convoque reunião para o final do expediente.

Bezerra: doenças antes controladas estão voltando



Saúde virou calamidade, denuncia Carlos Bezerra

Após viagem pelo interior de Mato Grosso, o senador Carlos Bezerra (PMDB-MT) disse ontem ter encontrado o setor de saúde em um "verdadeiro estado de calamidade pública". Dois hospitais fechados e vários outros ameaçados de fechamento levaram o senador a denunciar o "corte violento" realizado pelo governo nas guias de internação hospitalar.

Em audiência com o presidente da Fundação Nacional da Saúde, o senador foi informado de que o órgão não dispõe de

dinheiro sequer para o cafezinho e que, devido aos casos de corrupção, foi decidido corte na expedição de guias.

Para Carlos Bezerra, a corrupção praticada com as guias tem seu principal foco no Rio de Janeiro e a decisão de se fazer um corte linear, sem uma triagem prévia, está prejudicando estados menos favorecidos. "É uma das situações mais graves desse país, que está afetando os mais pobres e os mais humildes", afirmou o senador.

Dirigindo apelo ao presiden-

te Fernando Henrique para que determine providência no sentido de solucionar o problema, o senador lembrou que é obrigação do governo não deixar o setor no abandono em que se encontra.

Carlos Bezerra lembrou que doenças anteriormente controladas, tais como a malária, a tuberculose e a dengue, estão voltando a atacar a população, e pregou a necessidade de se adotar uma política de prevenção, por ser mais barato prevenir do que curar.

Bancadas podem decidir litígio Acre-Rondônia

Vilas entre os dois estados são "terra de ninguém" e estão interessadas em uma solução para a disputa, informa Marina Silva

O Ministério da Justiça aceitará uma decisão das bancadas de deputados e senadores do Acre e de Rondônia sobre a divisa dos dois estados, informou em plenário a senadora Marina Silva (PT-AC). "As vilas de Extrema e



Marina Silva

Califórnia há mais de dez anos não sabem a que estado pertencem. Por isso, não têm escolas e segurança. São hoje os filhos da terra de ninguém", afirmou.

A senadora relatou uma reunião, realizada no último fim de sema-

na, entre autoridades dos dois estados, na tentativa de se colocar um fim na disputa de divisa.

Marina Silva disse que as populações locais não querem ver o assunto na Justiça, lembrando que demandas parecidas têm demorado de 20 a 30 anos para ter uma definição do Supremo Tribunal Federal.



José Fogaça

Fogaça prevê aprovação da MP do real

A medida provisória sobre o Plano Real deverá ser aprovada sem dificuldade no próximo dia 21. A previsão é do senador José Fogaça (PMDB-RS) (PMDB-RS), relator da MP desde a sua primeira edição, em julho do ano passado. Salientando que o Plano Real vai para uma nova etapa, disse o senador que, com o fim do IPC-r, o governo poderá iniciar uma nova política de desindexação definitiva da economia brasileira.

- Creio que o governo poderá partir para isso ou, então, tentar estabelecer um nível de desindexação de longo prazo, com indexações e variações de no mínimo um ano, nunca menos do que isso. Com uma decisão no sentido de estabelecer revisões por mais de um ano, nós podemos caminhar com mais tranquilidade para uma estabilização sem maiores consequências sociais - declarou Fogaça.

Osmar reclama de vazamento de informação

Dois votações secretas no Senado aprovaram, na quinta-feira passada (dia 8), a indicação do economista Gustavo Loyola para a presidência do Banco Central. O senador Osmar Dias (PP-PR) participou de ambas - na Comissão de Assuntos Econômicos e no plenário - e reclamou, ontem, que os jornais noticiaram que seu voto teria sido contrário à indicação.

Na presidência da sessão, o senador Teotônio Vilela (PSDB-AL) assegurou que a informação não partiu da Mesa e que todos os procedimentos constam, em sua inteireza, no *Diário do Congresso Nacional*.

Tebet quer volta do trem a Três Lagoas

Ao registrar os 80 anos da cidade de Três Lagoas, em Mato Grosso do Sul, a serem comemorados na quinta-feira, o senador Ramez Tebet (PMDB-MS) afirmou ontem que uma das maiores reivindicações da população do município é a volta do trem de ferro à região, o que reduzirá os custos do transporte da safra agrícola do estado.

O sul do antigo Mato Grosso já foi servido pela Noroeste do Brasil, que tinha uma linha de Bauri (SP) até a divisa com a Bolívia.

Em aparte, o senador Pedro Simon (PMDB-RS) afirmou que o Centro-Oeste tem hoje condi-



Ramez Tebet

ções de triplicar a produção brasileira de grãos.

LÍBANO

Ramez Tebet também reportou-se à visita que o presidente do Conselho de Ministros da República do Líbano, Rafic Hariri, realiza ao Brasil. Disse que o primeiro-

ministro destacou as relações históricas entre seu país e o Brasil e pediu o apoio brasileiro nos organismos internacionais aos pleitos libaneses contra as invasões israelenses.

Ramez Tebet, juntamente com os senadores Pedro Simon (PMDB-RS) e Esperidião Amin (PPR-SC), participou de recepção promovida pelo embaixador do Líbano no Brasil, Gaze Chidiac.

MESA DIRETORA DO SENADO FEDERAL

Presidente: José Sarney ■ 1º Vice-Presidente: Teotônio Vilela Filho
2º Vice-Presidente: Júlio Campos ■ 1º Secretário: Odacir Soares
2º Secretário: Renan Calheiros ■ 3º Secretário: Levy Dias
4º Secretário: Ernandes Amorim ■ Suplentes de Secretário: Antônio Carlos Valadares ■ José Eduardo Dutra ■ Luiz Alberto de Oliveira ■ Ney Suassuna

Impresso no Centro Gráfico do Senado Federal

Jornal do Senado

Órgão de divulgação da Secretaria de Comunicação do Senado Federal
Diretor da Secretaria de Comunicação Social - Fernando Cesar Mesquita
Diretor da Subsecretaria de Divulgação - Helival Rios ■ Coordenador de Jornalismo - Flávio de Mattos ■ Chefe do Serviço de Imprensa - José do Carmo Andrade ■ Editores - Djalma Lima e Edson de Almeida
Diagramação - Sérgio Silva e Wesley Carvalho ■ Fotos - Célio Azevedo e Márcia Kalu ■ Veja no Diário do Congresso Nacional a íntegra dos projetos e pronunciamentos citados.